

Giovanna Carla Interdonato*

Márcia Greguol*

RESUMO

Historicamente, os conceitos de deficiência e doença muitas vezes foram foco de mal-entendidos e confusões. Talvez por esta razão, pessoas com deficiência em muitas sociedades foram mantidas à parte das políticas públicas e iniciativas não governamentais de promoção da saúde. O objetivo deste estudo foi levantar na literatura informações relacionadas à promoção da saúde de pessoas com deficiência. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura através das bases de dados Medline, Lilacs, Pub Med e Scielo. Foram selecionados estudos que tinham sua temática principal voltada à promoção da saúde de pessoas com deficiência, publicados entre os anos de 2000 e 2011, destacando dimensões históricas, documentos internacionais, política nacional de atenção à saúde das pessoas com deficiência, artigos, políticas públicas e perspectivas atuais. Também foram verificados os assuntos mais abordados relacionados à temática da saúde, assim como os métodos de mensuração utilizados e os resultados obtidos. No total de 26 estudos encontrados, 14 foram incluídos. A temática mais investigada foi a de políticas e serviços públicos, seguida da acessibilidade aos mesmos. A promoção da saúde para pessoas com deficiência é pouco investigada em seus aspectos práticos, sendo este tema verificado em apenas três artigos nesta revisão. Os demais retrataram a promoção da saúde em seus aspectos teóricos, mostrando que mais pesquisas relacionadas a este tema devem ser realizadas a fim de analisar a atual situação de pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Qualidade de vida. Políticas públicas.

1 INTRODUÇÃO

Embora o termo promoção da saúde tenha ganhado destaque na literatura atual, principalmente por causa de seus benefícios proporcionados ao homem, percebe-se que o mesmo ainda não tem grande visibilidade para aquelas pessoas que possuem algum tipo de deficiência, cuja qualidade de vida e independência estão fortemente associadas ao seu estilo de vida.

Nota-se que pesquisas na área da deficiência procuram ressaltar importantes assuntos, tais como acessibilidade, inclusão social, entre outros (RIMMER, 2005). No entanto, percebe-se que na área da saúde ainda são escassos os estudos voltados para esta população (CASTRO et al., 2011).

É imprescindível salientar que pessoas com deficiência constituem um grupo heterogêneo, que reúne em uma mesma categoria indivíduos que podem ter diferentes condições motoras, sensoriais, intelectuais

ou múltiplas. Por conseguinte, as ações de saúde voltadas para esse segmento da população têm que levar em conta um mosaico de diferentes necessidades e especificidades (BERNARDES et al., 2009).

Farias e Buchalla (2005) relatam em seu artigo que, para suprir algumas necessidades sobre a temática da deficiência, no ano de 1976 a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a International Classification of Impairment, Disabilities and Handicaps (ICIDH), em caráter experimental. Esta foi traduzida para o português como Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens, a CIDID. O documento foi criado com intuito de classificar e conhecer a funcionalidade das deficiências entre outros assuntos. No entanto, após várias versões, o processo de revisão da CIDID apontou fragilidades com relação às dimensões que a compõe, como aspectos sociais e ambientais. Assim, em maio de 2001

* Universidade Estadual de Londrina E-mail: giointerdonato@hotmail.com .

a Assembléia Mundial da Saúde aprovou a International Classification of Functioning, Disability and Health (ICF) (USTUN, 2002). A versão em língua portuguesa ficou conhecida como Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2003), a CID-10, um instrumento útil para as estatísticas de saúde, e a CIF são complementares, pois a informação sobre o diagnóstico acrescido da funcionalidade fornece um quadro mais amplo sobre a saúde do indivíduo ou populações com deficiência.

De acordo com Smith (2000), o acesso a serviços de promoção da saúde são importantes na determinação da qualidade de vida e do estado de saúde de pessoas com deficiência. Embora existam algumas barreiras para este acesso, a deficiência não pode ser considerada em si a causa dessa situação, mas sim alguns agentes externos, tais como falta de profissionais capacitados, ambientes não adaptados, entre outros. Em particular, muitas dessas barreiras ocorrem devido à escassez de sistemas de serviços ou rigor com políticas públicas destinadas a prestar apoio para esta população.

No Brasil em específico, podemos falar que políticas públicas destinadas a atender esta população são recentes. A que trouxe melhor detalhamento para as ações tanto no Sistema Único de Saúde e nas diversas instâncias governamentais, como nas relações intersetoriais e nas parcerias com as organizações não-governamentais da sociedade, foi a publicada pelo Ministério da Saúde na Portaria nº 10.060/2002 (BRASIL, 2006). Esta por sua vez, de acordo com Farias e Buchalla (2005), destaca que é preciso “reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e no desempenho humano de modo a contribuir para a sua inclusão plena em todas as esferas da vida social” e “proteger a saúde deste segmento populacional, bem como prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências”.

A Política Nacional de Promoção da Saúde – PNPS (BRASIL, 2006) define a promoção da saúde como uma estratégia de “produção de saúde”, ou seja, como um conjunto de ações articuladas desenvolvidas no sistema público de saúde do Brasil que possa contribuir para suprir as necessidades da sociedade no que se refere à saúde. A política destaca ainda a necessidade de se realizar modificações arquitetônicas e no mobiliário, de modo a garantir acesso de pessoas com deficiência aos serviços e saúde, ressaltando ainda a importância de se opor-

tunizar a participação em programas de atividade física.

Particularmente refletindo sobre as pesquisas voltadas a esta temática no âmbito nacional, pode-se dizer que na teoria as políticas de saúde estão muito bem fundamentadas em condições jurídicas para atender às pessoas com deficiência. Já no que diz respeito às práticas em saúde, entretanto, poucas pesquisas foram feitas a fim de se testemunhar se a teoria condiz com a prática.

Assim, o objetivo deste estudo foi identificar estudos dos últimos anos voltados ao tema da promoção da saúde de pessoas com deficiência. Pretende-se verificar se tais achados fornecem subsídios para o planejamento em saúde, além de verificar quais questões podem vir a ser investigadas de modo a fomentar mais pesquisas nesta área.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A revisão sistemática iniciou-se a partir de pesquisas bibliográficas, buscando estudos que procuraram analisar a temática da saúde voltada às pessoas com deficiência realizados entre os anos de 2000 e 2011, devido ao contingente de artigos publicados neste período. Inicialmente foi consultado o portal de busca CAPES, onde foram verificadas as bases que continham tais artigos. Em seguida, com base nas informações obtidas, foram consultadas as bases de dados Medline, Pub Med, Lilacs e Scielo. Foram utilizados os seguintes termos de busca em português e inglês: saúde/health, deficiência/disability ou impairment, promoção/promotion, mensuração/measurements, política pública/public policy. Estas palavras descritas foram utilizadas de maneira isolada e em seguida combinadas duas a duas e três a três, utilizando-se “e” / “and” e “ou” / “or”, a fim de ampliar a busca.

Logo na primeira etapa foram identificadas 26 publicações potencialmente elegíveis para inclusão nesta revisão. Em seguida, procurou-se selecionar os artigos que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: a) artigo abordando especificamente a temática da saúde para pessoas com deficiência; b) artigo original de pesquisa com seres humanos ou artigos de revisão; c) publicação no período de 2000 a 2011. Optou-se por não incluir teses, dissertações e monografias, vista a dificuldade de busca sistemática das mesmas.

Os estudos que atenderam a estes critérios de inclusão foram selecionados e posteriormente foram analisados os seguintes temas: a) ano de publicação do estudo, b) tipo de deficiência dos participantes do estudo, c) tipo de método utilizado no estudo,

(d) temática relacionada à promoção da saúde que foi verificada.

Dos estudos que foram excluídos, oito foram porque só citavam a temática voltada a saúde mas não a detalhava a fundo no estudo, quatro porque os anos de publicação eram ultrapassados.

Todo o processo de busca, identificação e análise dos dados, foi realizado pelas autoras do trabalho. Caso houvesse itens em que não existisse algum consenso, um terceiro pesquisador seria convidado a fazer a possível análise final, o que não foi necessário neste estudo.

3 RESULTADOS

Dos 26 artigos encontrados e analisados inicialmente, 14 atenderam aos critérios de inclusão deste estudo. Dos estudos que foram excluídos, oito ocorreram porque só citavam a temática voltada à saúde, mas não a detalhava a fundo, quatro porque os anos de publicação eram ultrapassados.

Entre os artigos inclusos na revisão sistemática, a maioria dos nacionais foi publicada após o ano de 2002, talvez pelo fato de que neste ano ocorreu o lançamento da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência pelo Ministério da Saúde. Os autores variaram bastante com relação aos temas relacionados à saúde, entretanto observou-se uma tendência em se tratar da falta de pesquisas e de políticas públicas voltadas para esta população.

No geral, os estudos procuraram abordar temas que contemplassem em sua temática todos os tipos de deficiências. Os autores não procuraram averiguar a saúde nem suas variáveis associadas como estilo e hábitos de vida, sendo o foco principal a questão das políticas e dos serviços públicos.

A Tabela 1 a seguir apresenta as características dos estudos incluídos nesta revisão. São reveladas informações referentes ao ano de publicação, tipo de deficiência da amostra e a temática voltada à saúde abordada.

TABELA 1
Características dos estudos incluídos na revisão

Estudo	Ano	Tipo de Deficiência	Temática Abordada
Smith	2000	Motora	Políticas Públicas de Saúde e Investimentos
Sousa e Fraga	2008	Motora e Sensorial	Auto Avaliação das Políticas Públicas de Saúde
Bernardes e outros	2009	Todas	Aspectos Bioéticos das Políticas Públicas da Saúde
Ravesloot e outros	2007	Todas	Programas Voltados a Promoção da Saúde de Pessoas com Deficiência
Freire e outros	2009	Sensorial	Acesso aos Serviços de Saúde
Barreto e outros	2009	Motora e Sensorial	Hábitos Nutricionais
Elias e outros	2008	Motora	Acessibilidade de Serviços Legais Voltados à Saúde
Chaveiro e Barbosa	2005	Sensorial	Atendimento dos Profissionais da Saúde para com as Pessoas com Deficiência
Castro e outros	2011	Motora e Sensorial	Acessibilidade aos Serviços de Saúde
Castro e outros	2008	Motora e Sensitiva	Análise de Inquéritos de Saúde de Pessoas com Deficiência
Othero e Dalmaso	2009	Todas	Atenção Primária da Saúde de Pessoas com Deficiência
Rimmer e outros	2007	Motora e Intelectual	Obesidade e Condições Secundárias à Saúde de Pessoas com Deficiência
Rimmer e Rowland	2008	Motora	Promoção da Saúde de Pessoas com Deficiência
Rimmer	2011	Todas	Políticas Públicas de Saúde de Pessoas com Deficiência nos dias atuais

Fonte – Interdonato e Greguol (2011).

No percurso desta revisão, perceberam-se três temáticas que mais se mostraram presentes, principalmente em ideias e referenciais para a abordagem da promoção da saúde. A primeira delas, certamente, foi a das políticas públicas de saúde. Nos estudos de Bernardes e outros (2009), Smith (2000) e Sousa e Fraga (2008), verificou-se que os autores procuraram retratar desde as partes que compõe o processo histórico nacional de saúde, até uma avaliação por parte das próprias pessoas com deficiência em relação às políticas de saúde. De um modo geral, os autores buscaram expor as limitações existentes assim como mostrar todo o processo dinâmico e em permanente mudança que faz parte das políticas públicas.

A segunda temática verificada refere-se à acessibilidade e também aos profissionais de saúde. A acessibilidade foi abordada desde as barreiras arquitetônicas até o acesso aos serviços de saúde, inclusive em relação à capacidade e qualificação dos profissionais para atenderem esta população. Em ambas temáticas, partimos do reconhecimento de como a acessibilidade é estudada na área de deficiência. No estudo de Freire e outros (2009) foram constatadas dificuldades de acesso a serviços ambulatoriais de maneira geral pelas pessoas com deficiência, levando as mesmas a procurar diretamente os hospitais a fim de que fossem atendidas, fato este preocupante, pois além de sobrecarregar os hospitais, mostra que os níveis primários de atendimento não estão acessíveis a esta população.

Além disso, pode-se notar a falta de serviços relacionados à promoção da saúde, além de medidas preventivas para esta população em específico (BERNARDES et al., 2009; CASTRO et al., 2008, 2011).

A terceira questão a ser destacada é que apenas o estudo de Rimmer e Rowland (2008) abordou a temática da promoção da saúde como assunto principal. Foram encontrados ainda mais três artigos que a contemplaram parcialmente, no de Barreto e outros (2009) foi discutido os hábitos nutricionais corretos de modo a prevenir futuras patologias, o que também pode ser enquadrado no âmbito preventivo. Já no segundo estudo de Rimmer, Rowland e Yamaki (2007) foi abordado a questão da obesidade e as condições secundárias referentes às pessoas com deficiências motora e intelectual. E o último estudo de Ravesloot e outros (2007) investigou-se os programas existentes que incentivam a promoção da saúde para esta população.

Nesta perspectiva, nota-se a carência de estudos voltados à promoção da saúde das pessoas com deficiência de um modo geral. Tal fato tem estabelecido uma importante diferença entre prevenir doenças e

promover saúde, ainda que a prevenção e a promoção tenham em comum a ênfase no cuidado à saúde.

4 DISCUSSÃO

Nos últimos anos ocorreram algumas evoluções a respeito do entendimento da concepção de deficiência, desde assuntos ligados às condições e aos direitos sociais, bem como sobre as responsabilidades do poder público e da sociedade. Constatou-se ainda que essa constante evolução tem sido acompanhada por mudanças terminológicas, novas descobertas técnicas e científicas, a universalização e qualificação da comunicação sobre o tema e as visíveis conquistas sociais (BRASIL, 2007).

Dentre estas evoluções, podemos destacar alguns avanços relevantes na área da saúde pública, citando como exemplo novamente a criação da CIF, que por sua vez foca no conceito da autonomia, considerando a situação de como as pessoas com deficiência convivem com seus problemas de saúde, além de possíveis formas de melhorar suas condições de vida.

Promover a saúde é um bem vital, no entanto esta é uma temática que ainda carece muito de ser estudada, realizada e alcançada. Entretanto, para a sociedade em que vivemos isto ainda é pouco visto e reconhecido. A percepção de saúde parece depender de um estado físico atual, no qual ter alguma doença significa não ter saúde.

A promoção da saúde deveria ser contemplar e cuidar da saúde, muito antes de alguma doença aparecer. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), promover a saúde é o processo que capacita pessoas ou grupos de pessoas a controlarem de forma efetiva os fatores determinantes, buscando sempre a excelência (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1986).

Logo, reconhecer a existência de estudos que visam à promoção da saúde, em específico de pessoas com deficiência, significa admitir e validar outro saber, na identificação mais ampla dos problemas de saúde e na compreensão dos contextos da vida e dos recursos mobilizados.

As questões políticas da saúde foram verificadas nos estudos de Bernardes e outros (2009), Smith, (2000) e Sousa e Fraga (2008) em âmbito nacional. As condições jurídicas para atender às pessoas com deficiência apresentaram-se com uma perspectiva de inclusão social, embora na prática os entrevistados tenham relatado que esta realidade ainda não tenha sido alcançada, principalmente pela falta de profissionais qualificados e de acessibilidade arquitetônica ou até mesmo pela discriminação.

No estudo de Souza e Fraga (2008), realizado com pessoas com deficiência que frequentavam os

serviços públicos de saúde, a afirmação anterior também foi evidenciada, uma vez que os sujeitos relataram perceber limitações para sua inclusão social e autonomia, demonstrando certa apreciação crítica sobre a realidade que enfrentavam e sobre as políticas que lhes diziam respeito. A falta de acessibilidade nos serviços de saúde foi pesquisada por Freire e outros (2009), Elias, Monteiro e Chaves (2008) e Castro e outros (2011).

Os autores levantaram informações e subsídios importantes para o direcionamento de ações de planejamento em saúde a fim de melhorar os serviços que pudessem atender de maneira adequada as pessoas com deficiência. Dentre estas informações, destaca-se o fato de que a maioria dos entrevistados disse apresentar problemas relacionados aos serviços públicos, o que violava o princípio da equidade, preceito do Sistema Único de Saúde que visa atendimento igualitário a todos. A extinção desses obstáculos poderia ter um valor significativo para essa população na utilização dos serviços de saúde, uma vez que estes têm um importante papel na melhoria da qualidade de vida e bem-estar destas pessoas.

Ainda com relação às ações de saúde, existe outro grande desafio, que seria a capacitação de profissionais para lidarem com esta população. No estudo de Chaveiro e Barbosa (2005) foi possível notar a dificuldade que pessoas com deficiência auditiva tiveram em se comunicar com diferentes profissionais da saúde. Os autores afirmam que não importa que atividade profissional uma pessoa vá exercer, em diferentes situações ela deverá lidar com pessoas que possuem várias especificidades: pacientes, alunos, funcionários, amigos, professores. Enfim, não basta somente o indivíduo com deficiência se adaptar à sociedade, é necessário que esta se adapte também, a fim de que problemas como este possam ser sanados.

Promovendo a saúde de pessoas com deficiência, estaremos contribuindo para a prevenção de doenças secundárias, tais como: obesidade, hipertensão, diabetes, entre outras, que podem aparecer devido ao estilo de vida desta população (RIMMER; ROWLAND; YAMAKI, 2007). Os autores destacam ainda que pessoas com deficiência tendem a ser menos ativas fisicamente do que o restante da população, devido à falta de ambientes adaptados e acessibilidade, o que pode contribuir ainda mais para o aparecimento de co-morbidades associadas.

Observa-se que a situação também é problemática em países considerados desenvolvidos. De acordo com Altman e Bernstein (2008), o relatório emitido pelo CDC (Centers for Disease Control)

apontava que mais de 50% das pessoas norte americanas com deficiência disseram que seu estado de saúde se apresentava como ruim ou péssimo em comparação a apenas 3% das pessoas sem deficiência. Os entrevistados também relataram dificuldades na obtenção de cuidados de saúde quando comparados com a população sem deficiência.

De acordo com Rimmer (2011), muito ainda deve ser feito com relação aos serviços de saúde pública voltados a pessoas com deficiência. E ainda, é fundamental priorizar as necessidades das pessoas com deficiência, traçar objetivos visando à prevenção de doenças e à promoção da saúde. Enfim, é imprescindível alcançar a equidade na saúde e eliminar as disparidades existentes.

Algumas ações já estão sendo realizadas para reverter tal situação. Uma delas foi apontada nos estudos de Rimmer (2011) e Barreto e outros (2009), que demonstraram programas nacionais que visam melhorar a saúde das pessoas com deficiência. Estes programas teriam suas ações voltadas não somente aos participantes, mas também aos profissionais que neles trabalham a fim de garantir sua eficiência.

Segundo os autores, os programas ainda abordam temas como a melhoria da qualidade de vida, estilo de vida saudável, segurança e auto-estima. Os profissionais visam atender às necessidades individuais dos participantes e para isso passam por uma extensiva capacitação (RIMMER, 2011).

5 CONCLUSÃO

De acordo com os estudos levantados na presente revisão, observou-se a dificuldade existente em se conseguir concretizar os princípios empregados pelas políticas de saúde voltadas às pessoas com deficiência. Este fato é preocupante, sobretudo quando se analisa que a legislação brasileira direcionada a esta população entrou em vigor em 1989, e desde então, de acordo com a realidade encontrada nos estudos, pouco foi modificado, mostrando que muito se tem a evoluir.

A expectativa levantada pelos estudos é que as diferentes áreas da saúde consigam voltar suas ações em sincronia para o melhor atendimento da pessoa com deficiência no setor público. Com relação aos profissionais da saúde, é indispensável buscar novos paradigmas, a fim de se promover uma assistência à saúde de maneira adequada e humanizada. Somente assim será possível se falar de fato em inclusão social desta parcela da população.

Health promotion for people with disabilities: a systematic review

ABSTRACT

Historically, the concept disability and illness were many times focus of misunderstanding and confusion. Maybe for this reason, people with disability in many societies were maintained apart of public policies and nongovernmental efforts of health promotion. The purpose of this study was to gather information in literature related to health promotion of people with disability. We conducted a systematic review of the literature through the Medline, Lilacs, and Scielo Pub Med. We selected studies that had its main theme focused on the health of people with disabilities, published between the years 2000 and 2011, specially historical dimensions and international documents, national policy attention to health of disabled staff, articles, public policy and current perspectives. It was also verified that the most discussed issues were related to the theme of health as well as the measurement methods used and results obtained. From a total of 26 studies found, 14 were included. The issue that was further investigated for policies and public services, then the accessibility to them. Health promotion for people with disabilities has been poorly investigated in its practical aspects, and this theme was observed only in three articles in this review. The other studies portrayed health promotion in their theoretical aspects, showing that more research regarding this topic should be conducted in order to analyze the current situation of health promotion for people with disabilities.

Keywords: Health promotion. Quality for life. Public policy.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, B.; BERNSTEIN, A. **Disability and health in the United States**, 2001- 2005. Hyattsville: National Center for Health Statistics, 2008.
- BARRETO, F. B. et al. Avaliação nutricional de pessoas com deficiência praticantes de natação. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 214-218, 2009.
- BERNARDES, L. C. G. et al. Pessoas com deficiência e políticas públicas no Brasil: reflexões bioéticas. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 31-38, 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência**. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação de pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social: um novo instrumento baseado na classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. Brasília, DF, 2007.
- CASTRO, S. S. et al. Deficiência visual, auditiva e física: prevalência e fatores associados em estudo de base populacional. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 24, n. 8, p. 1773-1783, 2008.
- CASTRO, S. S. et al. Acessibilidade aos serviços de saúde por pessoas com deficiência. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 45, n. 1, p. 99-105, 2011.
- CHAVEIRO, N.; BARBOSA, M. A. Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social. **Revista Escola Enfermagem USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 417-422, 2005.
- ELIAS, M. P.; MONTEIRO, L. M. C.; CHAVES, C. R. Acessibilidade a benefícios legais disponíveis no Rio de Janeiro para portadores de deficiência física. **Ciências Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 1041-1051, 2008.
- FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. A classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde da organização mundial da saúde: conceitos, usos e perspectivas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005.
- FREIRE, D. B. et al. Acesso de pessoas deficientes auditivas a serviços de saúde em cidade do sul do Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 25, n. 4, p. 889-897, 2009.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde**. Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2003.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Ottawa charter on health promotion**. Copenhagen: World Organization Regional Office for Europe, 1986.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Towards a common language for functioning, disability and health - ICF**. Genebra, 2002.
- OTHERO, M. B.; DALMASO, A. S. W. Pessoas com deficiência na atenção primária: discurso e prática de profissionais em um centro de saúde-escola. **Interface**, Botucatu, v. 13, n. 28, p. 177-188, 2009.

- RAVESLOOT, C. H. et al. Health promotion for people with disabilities: development and evaluation of the living well with a disability program. **Health Educacion Research**, Illinois, v. 22, no. 4, p. 522–531, 2007.
- RIMMER, J. H. Building a future in disability and public health. **Disability Health Journal**, Illinois, v. 4, no. 1, p. 6 -11, 2011.
- RIMMER, J. H. The conspicuous absence of people with disabilities in public fitness and recreation facilities: lack of interest or lack of access. **American Journal Health Promotion**, Illinois, v. 19, no. 5, p. 327-329, 2005.
- RIMMER, J. H.; ROWLAND, J. Physical activity for youth with disabilities: a critical need in a underserved population. **Desenvolvemnt Neurorehabilit**, Illinois, v. 11, no. 2, p. 141–148, 2008.
- RIMMER, J. H.; ROWLAND, J. L.; YAMAKI, K. Obesity and secondary conditions in adolescents with disabilities: addressing the needs of an underserved population. **Journal Adolescents Health**, Illinois, v. 41, no. 1, p. 224–229, 2007.
- SMITH, R. D. Promoting the health of people with physical disabilities: a discussion of the financing and organization of public health services in Australia. **Journal Oxford**, Oxford, v. 14, no. 1, p. 79-85, 2000.
- SOUSA, A. F.; FRAGA, M. N. O. Como as pessoas com deficiência avaliam as políticas públicas de saúde no Ceará. **Revista de Avaliação das Políticas Públicas**, São Paulo, v. 1, n. 1. p. 81-90, 2008.
- ÜSTUN, T. B. The international classification of functioning, disability and health: a common framework for describing health states. In: MURRAY, C. J. L.; SOLOMON, J. A.; MATHERS, C. D.; LOPEZ, A.D. Organização Mundical da Saúde (WHO). **Summary measures of population health: concepts, ethics, measurement and applications**. Geneva, 2002. p. 344-348.

Enviado em //

Aprovado em //